

«*Estos enemigos ladrones que tenemos contra nuestra voluntad*»  
NOTAS E OBSERVAÇÕES ACERCA DOS SANGLEYS DE MANILA

Paulo Jorge de Sousa Pinto

“Entre las vanderas del enemigo, vinieron dos con letras en ella en lengua Sangleya, que traduzidas en nuestro vulgar Castellano, contiene lo siguiente:

(...) *que todos los Chinos juntos acudan a este negocio y nos obedezcan arrancar de rayz estos enemigos ladrones que tenemos contra nuestra voluntad, assi castillas como de Iapon; juramos los Sangleyes que conquistada esta Ciudad, partiremos las tierras, hasta las yeruas della, partes iguales, como ermanos.*”

*Relación Verdadera del levantamiento de los Sangleyes en las Filipinas, 1606*

#### INTRODUÇÃO

O arquipélago filipino nunca suscitou grande interesse junto dos historiadores portugueses. Com a atenção tradicionalmente virada para as regiões da Ásia onde a presença portuguesa foi mais intensa e contínua, a historiografia nacional não tomou a Ásia do Sueste como objeto que merecesse especial destaque. Malaca, as Molucas ou Timor foram as regiões onde esse interesse mais se fez sentir, e isto num horizonte temporal relativamente próximo, digamos, nas duas últimas décadas. As Filipinas, estando fora desse escopo e tomadas como palco da “expansão espanhola”, quedaram-se ainda mais distantes, e esse afastamento mantém-se na atualidade. Um ponto de interesse, se bem que marginal, diz respeito à viagem de Fernão de Magalhães, invariavelmente ligada à “questão das Molucas”<sup>1</sup>. De resto, e uma vez que

---

<sup>1</sup> A. Teixeira da Mota (org.), *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas – Atas do II Colóquio Luso-espanhol de História Marítima*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1975.

a fixação espanhola nas Filipinas progrediu nas últimas décadas do século XVI e ao longo do século seguinte, durante o chamado “período filipino” que, em Portugal, é tradicionalmente tomado como época de declínio e decadência no que à Ásia diz respeito, não se verificou mais do que um interesse marginal e pontual.

Algo se modificou, contudo, nos últimos tempos. O principal foco de atenção envolve Macau e as suas ligações comerciais a Manila, nomeadamente os movimentos da prata vs. sedas chinesas. A obra clássica sobre esta temática, de Benjamim Videira Pires, remonta a 1971 e mantém, ainda hoje, a sua validade e interesse<sup>2</sup>. Há a registar, em data mais recente, uma dissertação de mestrado sobre esta temática, de Rui D’Ávila Lourido<sup>3</sup> e vários artigos publicados, de forma mais ou menos intermitente, na *Review of Culture* do Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau (antigo Instituto Cultural de Macau). Entre estes podem ser mencionados os daquele último autor<sup>4</sup>, assim como os de Rui Manuel Loureiro<sup>5</sup>, Eduardo Frutuoso<sup>6</sup>, Ivo Carneiro de Sousa<sup>7</sup> ou Miguel Rodrigues Lourenço<sup>8</sup>. Há também algum trabalho desenvolvido e publicado por José Manuel Garcia<sup>9</sup>. Sobre a ligação das Filipinas às Molucas são indispensáveis os trabalhos de Manuel Lobato<sup>10</sup>

---

<sup>2</sup> *A viagem de comércio Macau-Manila nos séculos XVI a XIX*. Macau: Imprensa Nacional, 1971; 2ª ed., Macau: Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1987.

<sup>3</sup> *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila, das origens a 1640*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / UNL, 1995 [policopiado].

<sup>4</sup> “Portugueses e Espanhóis em Macau e Manila com os Olhos na China”, n.º 7, pp. 23-45; “O Galeão de Manila – Grande nau de Macau. O comércio de Macau com as Filipinas”, n.º 32, pp. 52-72.

<sup>5</sup> “Primórdios da Sinologia Europeia entre Macau e Manila em Finais do Século XVI”, n.º 2, pp. 6-23; “Macau, Manila e os Holandeses”, n.º 11, pp. 26-34.

<sup>6</sup> “Macau e Manila no Arbitrismo Ibérico”, n.º 23, pp. 117-144.

<sup>7</sup> “As Molucas, as Filipinas e os “Corredores” dos Mares do Sul da China na Cartografia Portuguesa entre 1537 e 1571”, n.º 17, pp. 119-132.

<sup>8</sup> “O Lugar das Filipinas na Memória da Gesta Castelhana na Ásia nos Inícios do Século XVII. Os Casos de Bartolomé Leonardo de Argensola e de Antonio de Morga”, n.º 28, pp. 113-131.

<sup>9</sup> “Relações históricas entre Macau e as Filipinas: uma perspetiva portuguesa”, *Anuario de Estudios Americanos*, 65, 2, 2008, pp. 39-70.

<sup>10</sup> “Implementar a União Ibérica na Ásia: o relato da viagem de Francisco de Dueñas de Manila a Maluco em 1582”, in *O reino, as ilhas e o mar-oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Ponta Delgada / Lisboa: Universidade dos Açores / CHAM, 2007, II, pp. 785-811; *Fortificações portuguesas e espanholas na Indonésia Oriental*. Lisboa: Prefácio-ALIAC, 2009; “As Molucas e as Filipinas no tempo dos Áustrias. Tensão, convergência e acomodação entre os impérios ibéricos na Ásia”, in *Atas do Colóquio Internacional Portugal na Monarquia Espanhola. Dinâmicas de integração e de conflito*, org. CHAM / CIDEHUS / Universidad de Murcia (no prelo).

e, mais recentemente, assinala-se uma dissertação de doutoramento cujo enfoque incide, em boa parte, sobre as Filipinas<sup>11</sup>. Não pode ser esquecido, evidentemente, o projeto de trabalho, ainda em curso, de uma equipa de investigadores do CHAM, sob a coordenação de Elsa Penalva, cujos resultados são aguardados com interesse e expectativa<sup>12</sup>.

Todo este trabalho de síntese e investigação, apesar do seu mérito e qualidade científica, não deixa de estar centrado, de forma direta ou indireta, na presença portuguesa na Ásia. Sobre as Filipinas e a sua história, *per se*, o panorama é bem mais magro. Existem trabalhos de outra índole, nomeadamente no campo da antropologia<sup>13</sup>, que mais não são do que exceções que confirmam esta regra.

O que se apresenta nas páginas seguintes são breves traços, apresentados em jeito de quadro sintético, de uma velha questão da história das Filipinas – os *Sangleys* de Manila – integrada numa problemática mais geral, a dos chineses ultramarinos no Sueste Asiático. É apenas uma parte das temáticas abrangidas num projeto de pós-doutoramento, financiado pela FCT e acolhido pelo Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa, que tenta, de algum modo, colmatar esta lacuna no seio da historiografia portuguesa<sup>14</sup>.

O fenómeno dos *sangleys* – termo que designa genericamente os chineses das Filipinas – não é uma questão perdida no tempo ou um mero episódio remoto na história deste arquipélago. Pelo contrário, trata-se de algo que não só está ligado à génese do processo de formação das Filipinas enquanto unidade colonial (e que veio dar origem ao estado moderno), como mantém hoje plena

---

<sup>11</sup> Paulo Jorge de Sousa Pinto, *No Extremo da Redonda Esfera: Relações Luso-Castelhanas na Ásia, 1565-1640 – Um Ensaio sobre os Impérios Ibéricos*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas / UCP, 2010 [policopiado]; cf. ainda “Enemy at the Gates: Macao, Manila and the ‘Pinhal Episode’ (end of 16th Century)”, *Bulletin of Portuguese / Japanese Studies*, 16, 2008, pp. 11-43.

<sup>12</sup> *Prosopografia das Comunidades Lusófonas residentes e de passagem nas Filipinas (1582-1654)*, Centro de História de Além-Mar (FSCH/UNL).

<sup>13</sup> Entre os quais se destaca a dissertação de doutoramento de Armando Marques Guedes, *Rituais igualitários : ritos dos caçadores e recolectores Atta de Kalinga-Apayao, Filipinas*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / UNL, 1996 [policopiado] e, do mesmo, “Sonhos Políticos: Obliquidade e Poder na interpretação pública coletiva de sonhos entre os Atta do Norte de Luzón, Filipinas”, *Etnográfica*, III, 1, 1999, pp. 157-189.

<sup>14</sup> *Conflito e Colaboração - Presenças e Representações dos Chineses Ultramarinos nas Sociedades Ibero-Asiáticas (séculos XVI-XIX)*.

atualidade, envolvendo tensões sociais e políticas e questões da formação e consolidação da identidade filipina. É, portanto, algo que diz respeito à História, mas também ao presente e à projeção no futuro. É uma problemática complexa e multifacetada, e que pode ser analisada sob diversos prismas; em primeiro lugar, enquanto expressão localizada de um fenómeno mais vasto e secular, o das migrações chinesas para o Sueste Asiático; em segundo lugar, os problemas decorrentes da gestão e relacionamento de uma minoria da população, do ponto de vista, digamos, dos poderes coloniais, tanto espanhóis como, no meio século que medeia 1898 e 1946, americanos. Há ainda a assinalar uma perspectiva global e exterior às Filipinas, isto é, a que resulta de uma abordagem que privilegie a integração dos *sangleys* nas redes de comércio asiáticas e, posteriormente, nos movimentos migratórios no eixo do *Pacific Rim*. Por fim, é um componente fundamental no forjar da identidade nacional filipina, como expressão privilegiada de um fenómeno duradouro de mestiçagem.

#### UM LOCAL E UM MOMENTO – MANILA, DÉCADA DE 1570

A comunidade chinesa em Manila está diretamente ligada às origens da fixação castelhana na Ásia. Não só já existiam grupos de mercadores chineses estabelecidos no sultanato, que os espanhóis tomaram em 1571, como a escolha de Manila para capital das suas *Indias Orientales* denota uma clara opção de procura de uma base de acesso fácil à China. É inegável que, por esta altura, os castelhanos já haviam desistido de obter um *imperio español de la pimienta* e elegiam a China como o seu *eldorado* oriental<sup>15</sup>. Desiludidos com o magro proveito e as escassas riquezas obtidas em Cebu e Panay, que definitivamente esfumaram os sonhos dos *conquistadores* plasmados nas experiências da América, viram na China a última oportunidade de criação de um império asiático. Durante duas décadas, os castelhanos alimentaram sonhos de contacto e de comércio com o grande Império do Meio, à mistura com projetos de conquista. O seu principal instrumento de intermediação, contudo, foi precisamente a comunidade de mercadores chineses presente em Manila, detetada ainda antes da tomada da cidade e encarada como o seu trunfo mais precioso<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Manel Ollé, *La Invención de China – Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2000, pp. 77-82.

<sup>16</sup> Informação presente, entre outras, na carta de Martin de Rada ao vice-rei do México, 8.7.1569 e na dos oficiais castelhanos a Filipe II, 25.7.1570, in Isacio Rodríguez Rodríguez (ed.), *Historia de la Provincia*

Entrar em contacto com a China não era, contudo, tarefa fácil. Há mais de um século que a política oficial da dinastia Ming condicionava fortemente o acesso dos estrangeiros ao país, que apenas era permitido mediante um complicado processo de registo burocrático em Cantão e segundo estritas regras de índole político-diplomática. Esta barreira aos contactos com os estrangeiros inseria-se num contexto mais vasto de encerramento da China ao exterior – nomeadamente ao *nanyang*, os mares do Sul – designado genericamente por *haijin* e que possuía uma outra faceta: a proibição dos naturais de deixarem a terra natal. Isto colocava um sério desafio às comunidades mercantis chinesas no exterior, principalmente às do Fujian que tradicionalmente asseguravam o papel de intermediários no comércio com o Sueste Asiático, remetendo-as para uma situação de clandestinidade e obrigando-as a um esforço suplementar para contornar as proibições oficiais, mediante a conivência das autoridades costeiras<sup>17</sup>.

O *haijin* gerou tensões insanáveis no interior da China, entre a procura crescente de bens do exterior, nomeadamente de luxo, os interesses das redes mercantis que penetravam o aparelho burocrático e pressionavam no sentido da atenuação das restrições, e setores que se lhes opunham. O comércio das comunidades chinesas ultramarinas e, entre outras coisas, o destino de Macau vogavam ao sabor do braço de ferro que tinha lugar no interior do mandarinato chinês. Em 1567, por fim, a pressão tornou-se insustentável e abriu-se uma primeira brecha no regime: o governador do Fujian aboliu algumas das restrições do comércio externo e passou a ser permitida, sob regulamentação, a saída de naturais dos portos do Fujian<sup>18</sup>.

Para as comunidades de chineses ultramarinos, este abrandamento das regras do *haijin* teve como consequência uma nova etapa de expansão dos negócios e das parcerias comerciais, como seria de esperar, causando um *boom* comercial no Sueste Asiático comparável, segundo alguns autores, ao que se verificara na 1ª metade do século XV<sup>19</sup>. Em específico, retirava-lhes o ónus da clandestinidade que lhes havia proibido formalmente regressar à terra de

---

*Agustiniana del Santisimo Nombre de Jesús de Filipinas*. Manila: Arnoldus Press, XIV, 1978, pp. 25 e 48, respetivamente.

<sup>17</sup> Wang Gungwu, “Merchants without empire: the Hokkien sojourning communities”, in James D. Tracy (ed.), *The Rise of Merchant Empires. Long-Distance Trade in the Early Modern World, 1350-1750*. University of Minnesota/ Cambridge University Press, 1990, pp. 402-408.

<sup>18</sup> Lin Renchuan, “Fukien’s private sea trade in the 16th and 17th Centuries”, in E. B. Vermeer (ed.), *Development and Decline of Fukien Province in the 17th and 18th Centuries*. Leiden: E. J. Brill, 1990, p. 173.

<sup>19</sup> Anthony Reid, “Flows and Seepages in the Long-term Chinese Interaction with Southeast Asia”, in A. Reid. (ed.), *Sojourners and Settlers – Histories of Southeast Asia and the Chinese*. 2ª ed., University of Hawai’i Press, pp. 37-41.

origem e que obrigara à fixação mais ou menos permanente nos portos de destino. Agora podiam retomar a prática tradicional enquanto “residentes temporários” (*sojourners*), permanecendo de forma sazonal em Banten, em Malaca ou, no que interessa abordar aqui, em Manila.

A coincidência entre este levantamento parcial do *haijin* e a fixação castelhana em Manila, com poucos anos de diferença, é certamente um dos fatores que explica o sucesso da experiência asiática espanhola. De facto, os resultados da expedição de Legazpi eram muito modestos e a viabilidade do projeto encontrava-se seriamente comprometida. A transferência para Manila e a rápida e crescente afluência dos mercadores chineses impediu, possivelmente, o abandono da Ásia e o regresso ao México. As relações de interdependência e tensão entre as duas partes – chineses e castelhanos – viriam a marcar a vida da metrópole durante muito tempo.

Os chineses de Manila eram localmente conhecidos sob a designação de *Sangleys*, termo ainda hoje objeto de discussão e cuja origem e significado não merece uma concordância unânime. A explicação tradicional e mais comum é que provenha de *shanglai*, “os que vêm [a comerciar]”, assinalando o seu teor sazonal<sup>20</sup>. Há, contudo, quem aponte outras explicações, como *shangli*, “[ganhar a] vida”<sup>21</sup>.

A sua função como intermediários do comércio com a China era de uma importância extrema, porque incidia sobre um trato excepcional, de enorme valor quer para o Império do Meio, quer para o império espanhol, com consequências ao nível de toda a economia mundial. Na realidade, a China carecia de uma mercadoria que os espanhóis possuíam em abundância, a prata, extraída das mina do Potosí na Bolívia e transportada através do Pacífico para as Filipinas, via Acapulco, pelo chamado Galeão de Manila. Em contrapartida, fornecia têxteis (sobretudo seda e algodão) que percorriam o caminho inverso. Manila era o ponto de troca. Uma vez que o *haijin* continuava a vedar o acesso direto dos estrangeiros à China – Macau era uma exceção notável, mas informal – este duplo fluxo era assegurado pelos *sangleys*. Estes eram, portanto, o principal fator da rápida prosperidade que Manila alcançou logo após a fixação castelhana.

---

<sup>20</sup> Por exemplo, Gaspar de San Agustín, *Conquistas de las Islas Filipinas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científica, 1975, p. 369 ou Manel Ollé, *La Invención de China*, p. 155.

<sup>21</sup> Jin Guoping, “Relações luso-espanholas no contexto chinês”, in Jorge dos Santos Alves (ed.), *Portugal e a China – Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*. Lisboa: Fundação Oriente, p. 253.

## SEGREGAÇÃO E INTEGRAÇÃO

A relação entre os dois atores desta parceria – *sangleys* e castelhanos – era de mútua dependência. Foi, no entanto, marcada por uma extrema desconfiança e por uma tensão permanente. As razões não são difíceis de aferir. Os espanhóis temiam, sobretudo, o aumento crescente do número de *sangleys*, que em 1589 ultrapassava os 4 mil, na viragem do século excedia os 15 mil e, apesar das quebras que ocorriam periodicamente, o seu número nunca desceu abaixo dos 10 mil, quando o total de castelhanos não ultrapassava algumas centenas<sup>22</sup>. Este aumento era imparável. Não só o florescimento do comércio ligado ao Galeão de Manila e os lucros que daí advinham atraía um cada vez mais gente do Fujian – tanto mais que agora lhes era permitido regressar à terra-mãe – como o próprio desenvolvimento urbano e portuário de Manila exigia um crescente número de mão de obra para todo o tipo de trabalhos, do fornecimento de víveres ao pequeno comércio, dos ofícios à construção naval, que os *sangleys* estavam em ótimas condições para suprir. Tornaram-se, assim, indispensáveis e indissociáveis da prosperidade de Manila. Nos anos que se seguiam aos períodos de crise, em que a comunidade diminuía drasticamente, a cidade via-se subitamente paralisada nas suas atividades elementares e desprovida de mantimentos, como ocorreu logo após a repressão que se seguiu à revolta de 1603<sup>23</sup>.

A prosperidade da comunidade *sangleys*, a desconfiança que gerava não só junto das elites castelhanas mas também no seio de outras comunidades – a começar pelos *tagalos* de Luzón – tornava-a alvo de todo o tipo de arbitrariedades e extorsões. As autoridades espanholas cobravam taxas exorbitantes para autorizar a sua residência nas imediações de Manila e exigiam um imposto de capitação anual cujos valores nunca pararam de crescer ao longo do século XVII, para além de todo o tipo de exações sobre as mercadorias importadas da China<sup>24</sup>. Eram igualmente sujeitos a viver em condições precárias e engajados, como remadores, nas armadas ao serviço dos senhores da terra. Havia, assim, um sentimento surdo de injustiça que propiciava a rebelião.

---

<sup>22</sup> Milagros C. Guerrero, “The Chinese in the Philippines, 1570-1770”, in Alfonso Felix Jr. (ed.), *The Chinese in the Philippines, 1570-1770*. Manila: Solidaridad Publishing House, 1966, I, p. 25.

<sup>23</sup> Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*. Madrid: Polifemo, 1997, p. 222.

<sup>24</sup> Cf. Paulo Jorge de Sousa Pinto, *No Extremo da Redonda Esfera*, p. 253 e fontes citadas.

Em 1593, as tripulações chinesas da armada do governador Gómez Perez Dasmariñas que seguia para as Molucas revoltaram-se e massacraram os castelhanos, inclusivé o próprio. Os “Anais da Dinastia Ming” fazem eco das condições extremas em que viviam e que motivaram a revolta<sup>25</sup>. Dez anos mais tarde, já num *crescendo* de tensão e desconfiança e no rescaldo de uma inesperada visita de um funcionário imperial de Cantão a Manila, os *sangleys* revoltaram-se e tentaram dominar a cidade, a que se seguiu uma repressão implacável, na qual a maior parte da comunidade foi passada a fio de espada. Um dos folhetos que divulgaram o evento, em Espanha, contém breves dados acerca da opressão a que eram sujeitos: castelhanos e japoneses são tratados como “enemigos ladrones” e os cabecilhas comprometeram-se a distribuir as riquezas entre todos os que aderissem à revolta, caso saíssem vitoriosos<sup>26</sup>.

O massacre de 1603 veio colocar a descoberto o equilíbrio frágil e precário em que a cidade vivia. A política seguida pelas autoridades de Manila, e que se manteve durante muito tempo, baseava-se na segregação espacial, ou seja, na fixação dos *sangleys* num bairro específico situado fora do *intramuros* fortificado que constituía o coração político e social da cidade. Tratava-se do *parián*, ou bairro chinês, destinado aos *sangleys* e situado ao alcance dos canhões espanhóis. Havia igualmente um outro local, situado na outra banda do rio Pasig, conhecido como Binondo, onde foram autorizados a estabelecer-se os *sangleys* convertidos ao catolicismo e sujeitos, portanto, à tutoria e supervisão das ordens religiosas.

A distinção, do ponto de vista dos castelhanos, era portanto fundamentalmente religiosa, destinada a separar aqueles que aceitavam a religião católica e que, por consequência, eram mais fiáveis e mereceriam confiança, dos “gentios” tomados por estrangeiros e submetidos a maior vigilância. Foi igualmente criado, a fim de prevenir injustiças potenciadoras de novas revoltas, a figura do *protector de los sangleyes*, que os representava nos pleitos de justiça e defendia os seus interesses. A aplicação prática destas medidas enfrentava, contudo, enormes dificuldades, não só porque a separação entre cristãos e não-cristãos não era fácil de estabelecer, mas também porque o cargo de *protector* estava sujeito a todo o tipo de venalidades e pressões<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Matthew Chen, (ed.) “The Ming Records of Luzon”, in Alfonso Felix Jr. (ed.), *The Chinese in the Philippines, 1570-1770*, I, pp. 247-248.

<sup>26</sup> Cit. no início deste texto; *Relación Verdadera del Levantamiento de los Sangleyes en las Filipinas, y el milagroso castigo de su rebelion, con otros sucessos de aquellas Islas*. Sevilha: Clemente Hidalgo, 1606.

<sup>27</sup> Carta do visitador geral das Filipinas ao rei, 1594, in Isacio Rodríguez Rodríguez (ed.), *Historia de la Provincia*, 1983, XVI, pp. 76-77; Carta do Arcebispo de Manila ao rei, 8.8.1620, *Ibid.*, 1986, XVIII, pp. 48-49.

Para os *sangleys*, o levantamento parcial do *haijin* ocorrido em 1567 permitira o fortalecimento das suas redes mercantis e das parcerias estabelecidas no Mar da China Meridional (nomeadamente com os *wako* japoneses) e assegurara a prosperidade das ligações a Manila. Colocava-se-lhes, contudo, um dilema, entre a manutenção da sua prática tradicional enquanto “residentes temporários” (*sojourners*) e a criação de raízes na terra, cruzando-se com as populações locais e, de forma conveniente, convertendo-se ao catolicismo. É impossível, no estado atual dos conhecimentos, detetar o peso relativo das duas dimensões, mas é provável que, ao longo do século XVII, se tivesse assistido a uma gradual sedimentação e distinção entre ambas: *sangleys* “gentios” e *sangleys* cristãos. O *Dongxi Yang Kao*, de 1617, assinala a presença das duas realidades em Manila<sup>28</sup>. Uma das marcas que assinalavam a aceitação do catolicismo e, por consequência, uma maior fixação à terra, era o corte de cabelo, assumido como rutura da fidelidade ao Imperador e aceitação pública do novo estatuto. Houve tentativas e petições ao rei de Espanha, por parte dos *sangleys* cristãos, no sentido de evitar a obrigatoriedade desta prática, uma vez que acarretava um forte estigma social em caso de regresso ao Fujian, embora tivesse a vantagem de corresponder a um notável alívio da carga fiscal em Manila<sup>29</sup>.

A revolta e o subsequente massacre de 1603 foi apenas o primeiro episódio de um longo historial de tensão e de hostilidade, que não só não se esbateram como se repetiram de forma mais ou menos periódica, coincidindo com momentos em que os números atingiam novos máximos ou com épocas de crise: em 1639, o *parián* foi incendiado e o volume de mortos ultrapassou as duas dezenas de milhar; em 1662, as vitórias de Zheng Chenggong (Coxinga) sobre os holandeses e a sua supremacia naval no Mar da China Meridional levaram-no a exigir a submissão de Manila à sua autoridade, o que se repercutiu de imediato em represálias aos *sangleys*; em 1686 e novamente em 1744, foram emitidos (melhor dizendo, renovados) decretos de expulsão de todos os *sangleys* de Manila; após a ocupação britânica de Manila, entre 1762 e 1764, os *sangleys* foram acusados de colaboração ativa com os inimigos e alvo de represálias e de novo decreto de expulsão<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> Cit. em Wang Gungwu, “Merchants without empire”, pp. 411-412.

<sup>29</sup> Cf. Paulo Jorge de Sousa Pinto, *No Extremo da Redonda Esfera*, pp. 254-255, notas 547-549.

<sup>30</sup> Entre outros, vejam-se Albert Chan, “Chinese-Philippine Relations in the Late Sixteenth Century and to 1603”, *Philippine Studies*, 26, 1-2, 1978, pp. 51-82; Guillermo Ruiz-Stovel, “Chinese Merchants, Silver Galleons, and Ethnic Violence in Spanish Manila, 1603-1686”, *Análisis*, 12, 36, 2009, pp. 47-63 e Salvador P. Escoto, “Expulsion of the Chinese and Readmission to the Philippines: 1764-1779”, *Philippine Studies*, 47, 1, 1999, pp. 48-76.

No rescaldo da derrota de Zheng Chenggong e da definitiva submissão de toda a China à dinastia Qing, as autoridades chinesas decretaram a abolição do *haijin*, assinalando a alvorada de uma era de expansão das redes mercantis chinesas no Mar da China e na Ásia do Sueste, o que levou alguns autores a declarar o século XVIII como o “século chinês” nesta região<sup>31</sup>. Nas Filipinas, os *sangleys* e um novo grupo social apelidado de *mestizos de sangleys*, que designava as pessoas de origem sino-filipina, assumiram um papel crescente como estrato intermediário da sociedade colonial. A sua influência já não se limitava a Manila, antes crescia para outras zonas de Luzón e para outras ilhas do arquipélago. Em 1741, e tendo em vista um regime fiscal mais eficaz, as autoridades coloniais procederam a uma nova reclassificação da população, que passou a estar dividida entre espanhóis e mestiços de espanhóis, *índios*, chineses e mestiços de chineses. Estes últimos, que até então estavam agregados aos chineses, passaram a dispor de um *Gremio de Mestizos Sangleyes*, que representava os seus interesses, e possuíam o seu próprio *gobernadorcillo* ou representante<sup>32</sup>.

À medida que o estado espanhol se secularizava, os antigos vínculos de identidade e fidelidade foram-se esbatendo e perdendo o seu valor. A política de segregação dos chineses não-católicos em relação ao resto da população (espanhóis, *índios* e *mestizos de sangley*) deixou de constituir um vetor da política oficial<sup>33</sup>. Os *mestizos de sangley* assumiram gradualmente o seu papel como “classe média” na sociedade filipina, passando a controlar o comércio a retalho, não só localmente como no trato interilhas. Adicionalmente, passou a ser-lhes permitido a aquisição de propriedade fundiária, o que veio a revelar-se de extrema importância ao longo do século XIX, com a abertura dos portos das Filipinas ao comércio externo e o desenvolvimento de uma nova economia de plantação para exportação (de açúcar, café e tabaco, entre outros produtos).

---

<sup>31</sup> Léonard Blussé, “Chinese Century. The Eighteenth Century in the China Sea Region”, *Archipel*, 58, 1999, pp. 107-129.

<sup>32</sup> Antonio S. Tan, “The Chinese Mestizos and the Formation of the Filipino Nationality”, *Archipel*, 32, 1986, p. 144.

<sup>33</sup> Richard T. Chu, *Chinese and Chinese Mestizos of Manila*. Leiden/Boston: Brill, 2010, p. 59.

Legalmente, porém, a distinção – nomeadamente fiscal – entre espanhóis, *índios* e chineses, com clara discriminação para estes últimos, subsistiu até ao final do período colonial espanhol. Para o novo estrato de uma classe média próspera e educada, formada pelos *mestizos*, esta situação acarretava questões delicadas de identidade, uma vez que a multiplicação dos cruzamentos, por via materna e/ ou paterna, extravasava claramente esta classificação tripla e, na prática, levava ao crescimento de largos estratos da população que, em rigor, não cabiam em nenhuma das categorias<sup>34</sup>.

Os problemas identitários que envolveram o estatuto dos *sangleys* e *mestizos* de origem chinesa não ficaram resolvidos com o advento da administração americana, após a cedência das Filipinas aos Estados Unidos da América no rescaldo da Guerra Hispano-Americana, em 1898. De facto, a sociedade filipina era sucessivamente confrontada com novas vagas de imigração com origem na China, como ocorreu noutras paragens da Ásia e do continente americano. A especificidade filipina decorria do facto de estes novos segmentos de população virem sedimentar-se sobre estratos já integrados num longo processo secular. A administração americana, pelo menos nas primeiras décadas, tomou medidas de clara segregação dos novos imigrantes, aplicando ao território o “Chinese Exclusion Act” criado nos Estados Unidos em 1882, que resultou de um claro desconhecimento da especificidade das relações tradicionais entre o arquipélago filipino e as comunidades migrantes chinesas<sup>35</sup>.

Já no século XX, as questões identitárias dos chineses nas Filipinas assumiram outras feições. Uma das mais importantes teve uma índole claramente política: a República da China (1912-1949) inaugurou um período de apelo nacionalista ao regresso dos chineses no exterior (designados por *huaqiao*), que o regime de Mao renovou com outras tonalidades. Nas Filipinas, em plena época de amadurecimento de uma identidade nacional, este tema colocava-se com especial acuidade junto da larga comunidade de origem chinesa<sup>36</sup>. O problema mantém toda a sua atualidade nos nossos dias, já depois de percorrido mais de meio século após a independência plena do país, no decorrer do qual constituiu episódio flagrante a política do *Filipino First* do presidente Carlos Garcia, entre 1957 e 1961. Nos círculos acadé-

---

<sup>34</sup> E. Wickberg, “The Chinese Mestizo in the Philippine History”, *Journal of Southeast Asian History*, 5, 1, 1964, p. 64-66.

<sup>35</sup> Richard T. Chu, *Chinese and Chinese Mestizos of Manila*, pp. 281-286.

<sup>36</sup> Wang Gungwu, *The Chinese Overseas – From Earthbound China to the Quest for Autonomy*. Londres: Harvard University Press, 2000, pp. 79-84.

nicos é ainda motivo de debate e de investigação o estatuto de *alien nation* que continua a definir localmente os chineses e descendentes de chineses<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Caroline S. Hau, *Necessary Fictions – Philippine Literature and the Nation, 1946-1980*. Manila: Ateneo de Manila University Press, pp. 133-176.